



1 **ATA DA 113ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO SUBCOMITÊ DO SISTEMA**
2 **LAGUNAR MARICÁ-GUARAPINA.** No dia primeiro de abril de 2022 às 14h
3 por videoconferência com a seguinte pauta: **1. Aprovação da pauta; 2.**
4 **Andamento da situação pós GT PAO-FMP (Link Pasta Drive PAO/FMP; 3.**
5 **Priorização de projetos dos recursos em conta no âmbito dos**
6 **macroprogramas do CBH-BG; 4. Indicação para compor GT Chorume; 5.**
7 **Situação (presença/ausências) dos representantes; membros do SSLM-G;**
8 **6. Informe sobre GTs, CTs e representações do CBH-BG e do Subcomitê;**
9 **7. Macroprogramas; 8. Escritório de Projetos; 9. Plano Diretor de Maricá;**
10 **10. Assuntos/Informes Gerais.** Participaram da reunião: **Sociedade Civil:**
11 **Apalma** - Flávia Lanari Coelho; MPR - Izidro Arthou; IFF - Elane Carvalho.
12 **Poder Público:** DRM - Pedro Hugo Xaubet; FIPERJ - Henrique Rhamnusia de
13 Lima. **Usuário:** Alapi - Paulo Cardoso; ACM - Ursula Araújo; Cedae - Elenita
14 Oliveira. **Agevap:** Ana Costa; Anna Mandarin; Levi Carvalho; Raphaela
15 Fuchs. **Convidados:** Viva Eco - Ursula Brazil; AMADarcy - Felipe Queiroz;
16 Eugênio José Castro. - Emater Rio-Maricá. A reunião iniciou e Anna Mandarin
17 foi ao primeiro ponto de pauta **1. Aprovação da pauta** e sugeriu trocar o ponto
18 **2** pelo **3** para que a Ana Costa realizasse sua participação, já que se tratava de
19 um assunto mais longo. Sendo assim a pauta foi aprovada por maioria. **3.**
20 **Priorização de projetos dos recursos em conta no âmbito dos**
21 **macroprogramas do CBH-BG:** Flávia fez uma breve observação que ainda
22 não foi discutido pelo subcomitê a questão da educação ambiental. Anna
23 explica que ficou como encaminhamento da última reunião enviar uma carta à
24 CTEM e à AGEVAP solicitando a participação deste subcomitê no momento da
25 seleção de projetos no âmbito do edital de seleção de projetos de educação
26 ambiental. Anna acrescenta que pediu auxílio à Ana Costa em como proceder
27 para realizar este encaminhamento. Flávia explica que o que o subcomitê
28 pretendia nesta questão seria ter mais ciência do que está sendo oferecido
29 pelos proponentes para poder escolher o melhor para o subcomitê. Em
30 seguida, Ana Costa falou que não há nenhum impeditivo do Comitê participar
31 da parte de licitação e ver propostas, de acompanhar todo o processo e poder
32 inclusive, fazer um parecer do Comitê para a comissão de seleção
33 recomendando qual proponente deveria ser contratado. Porém, por uma
34 questão de atribuição das competências, Ana cita que o Comitê tem a função
35 de deliberar o recurso e é preciso cuidado, enquanto AGEVAP, para não
36 deturpar ou distorcer tal deliberação e, ao mesmo tempo, a função executiva é,
37 por lei, separada da função deliberativa. Então quem delibera é o Comitê e
38 quem faz a licitação, responde por isso e assina é a agência ou entidade
39 delegatária. O que pode ser feito é uma análise participativa, em que o comitê
40 pode ter acesso à documentação, pode elencar quais projetos gostaria de
41 priorizar ou contemplar, fazendo essa participação na forma de recomendação,
42 em que a AGEVAP pode considerar para o resultado. Flávia destaca que se o
43 Subcomitê for ouvido não é preciso que ele participe da seleção. Ana
44 acrescenta que não há impedimento que o comitê participe, até porque os
45 documentos de análise são públicos, a única ressalva é que toda a parte da
46 comissão de julgamento não se mistura com o comitê, pois teria sobreposição
47 de atribuições. E o que poderia ter é um grupo do comitê que irá recomendar à



48 comissão de julgamento. E a comissão consideraria esse parecer junto com
49 todos os outros critérios do Termo de Referência. Izidro colocou que a
50 preocupação dele é que o Termo de Referência esteja claro e detalhado para
51 não haver dúvidas, pois é a coisa mais importante que se tem no edital de
52 seleção. Pedro Hugo, com a palavra, disse que não entendeu qual era a
53 justificativa do Subcomitê não poder apreciar o projeto, e ainda perguntou se
54 isso quer dizer que não vai haver nenhuma opinião do subcomitê que está
55 comprando e pagando um projeto seja ele qual for. Ana Costa respondeu
56 dizendo que a participação do Subcomitê é extremamente importante e que o
57 Comitê pode receber as propostas e que, inclusive, isso foi feito para o Plano
58 de Bacia. Existe essa gestão participativa, pois não é vantagem para a Agevap
59 contratar um produto no qual o Subcomitê não vê benefício no produto. Pedro
60 Hugo pergunta se isso seria uma regra. Ana Costa respondeu que não vê
61 problema em ser parte do processo, que inclusive foi enviado pelo jurídico da
62 AGEVAP uma minuta de resolução do Baía de Guanabara normatizando essa
63 forma de representação. Que é viável que o Comitê recomende à comissão os
64 projetos que deseja. Logo após ela realizou a apresentação de todos os
65 Macroprogramas do Comitê e o andamento de cada um, e contextualizou que a
66 reunião é importante para Agevap, do ponto vista gerencial, e que está sendo
67 solicitado pelo Inea que o Comitê priorize seus projetos, pois houve uma
68 entrada grande de recursos. Durante a apresentação ocorreram uma série de
69 discussões e colocações. Quanto ao setor de saneamento, Ana destacou que
70 existe uma premissa legal que 70% do recurso arrecadado do setor de
71 saneamento precisa aportado em ações de coleta e tratamento de efluentes
72 urbanos. E com isso acaba ficando com boa parte do recurso engessado, pois
73 grande parte das ações possíveis são também obrigações das
74 concessionárias. Em relação ao recurso de Maricá, em 2018, Maricá deliberou
75 para aplicar no edital de implantação de esgotamento sanitário e aglomerados
76 populacionais. E todo o recurso de saneamento foi colocado nessa ação. A
77 proposta da AGEVAP é que se consiga incorporar essa deliberação de Maricá
78 dentro do edital de saneamento alternativo que será lançado para todos os
79 municípios da bacia, caso Maricá concorde em entrar. Este edital será
80 separado em blocos com diversas empresas contratadas para fazer cada sub
81 bacia. Flávia diz que ficou deliberado que a intenção do subcomitê em relação
82 ao Macroprograma de esgotamento sanitário era realizar o tratamento dos
83 pontos à montante das captações da Cedae, para evitar que se passe por aqui
84 o que acontece no Guandu, com a geosmina e outros prejuízos, porém não foi
85 pra frente. Além disso, Flávia pergunta o que será feito nesse edital. Ana diz
86 que em relação à seleção de áreas, esse edital elenca que a prioridade seria
87 os pontos à montante de captação, pois todos entendem que são áreas
88 prioritárias. Ana complementa que o primeiro produto desse edital é um estudo
89 do que será realizado no plano das concessionárias, no caso de Maricá, no
90 plano da Sanemar, para entender qual horizonte de planejamento, quais as
91 áreas serão atendidas em curto, médio e longo prazo. Flávia disse que a
92 CTSAM com certeza trará pra reunião da CT essa questão, pois fará uma
93 reunião com as concessionárias. Ana continua dizendo que, com base nesse
94 produto 1, o segundo ponto seria a hierarquização das áreas, e o que está



95 descrito no Termo de Referência é que a prioridade é estar à montante das
96 áreas de captação, áreas de interesse para proteção de mananciais. Tendo a
97 definição das áreas prioritárias, serão elaborados projetos básicos e executivos
98 de esgotamento sanitário nessa região. A ideia é deliberar se Maricá irá
99 concordar em participar desse edital. Flávia disse que quanto ao subcomitê, a
100 indicação de Estudo de Concepção é Perfeito e fundamental para que se
101 consiga transformar o tratamento desse esgoto em realidade e não em
102 palavras soltas e promessas vazias. Pedro Hugo diz que resgatou nas atas
103 antigas e encontrou o que foi resolvido em reunião com a Sanemar. Ele explica
104 que foi colocado para a Sanemar que havia recurso do Comitê disponível e
105 qual seria o interesse do Subcomitê, que seria realizar um estudo de
106 concepção e se desse realizar projeto básico e eles fariam o projeto executivo,
107 porém a discussão foi parada. Além disso, Pedro explanou sua opinião de que,
108 independentemente do que seria estabelecido pela Sanemar, seria
109 interessante o Subcomitê seguir com a proposta de realizar um estudo de
110 concepção ou algum projeto, pois tem muitos anos que está sendo discutido
111 isso e não se consegue nem chegar no estudo de concepção. Pedro diz, ainda,
112 que acha que os projetos devam ser alvo de edital com ou sem Sanemar, pois
113 será um passo à frente para o projeto executivo e com o edital na rua, a
114 Sanemar e a Prefeitura irão se interessar em implantar o sistema. Ana
115 complementa que Maricá pode começar nesse edital já com as áreas
116 priorizadas, já que isso já foi discutido. Flávia destaca que quanto ao projeto
117 executivo é preciso fazer em comum acordo com a concessionária, pra que
118 não aconteça o que aconteceu nos Minha Casa Minha Vida, em que a Cedae
119 alega que são operados com sistema diferente dos que ela opera e que isso
120 inviabiliza que a Concessionária possa trabalhar com as ETEs do MCMV. Em
121 seguida, Ana continuou com a apresentação falando de todos os outros
122 macroprogramas e o andamento de cada um e seus recursos. **4. Indicação**
123 **para compor GT Chorume:** Flávia contextualizou e disse que gostaria de
124 participar desse GT e solicitou que quem estivesse interessado se
125 manifestasse e pediu que todos votassem. Com isso Flávia Lanari Coelho –
126 Apalma foi indicada por maioria. **2. Andamento da situação pós GT PAO-**
127 **FMP:** Anna e Raphaela fizeram uma apresentação sobre o andamento dos
128 processos abertos em virtude das cartas que foram enviadas pelo comitê para
129 o Inea, SEAS, MPRJ e MPF, questionando a atualização do Plano de
130 Alinhamento de Orla e Faixa Marginal de Proteção determinada pelo Decreto
131 nº 47.372/2020. Anna dá o parecer de cada processo e explica que o MPF já
132 estava com um inquérito aberto questionando o Inea sobre esse Decreto e
133 mostra o que já foi questionado por eles. Em seguida, Anna perguntou aos
134 membros o que o Subcomitê sugere para dar andamento a esses fatos e toda
135 essa tramitação. Foi sugerido dar atenção à nova lei do código florestal e
136 averiguar se realmente não há exigência de consulta aos comitês de bacias
137 para realizar alterações nas Faixas Marginais de Proteção e Planos de
138 Alinhamento de Orla, e ficou como encaminhamento 1. Realizar um
139 levantamento onde está no Código Florestal, onde exige participação dos
140 CBHs para alinhamentos e revisões de FMPs e PAOs e 2. Mandar Carta aos
141 MPs (MPF e MPRJ) com as novas informações e imagens de alterações de



142 paisagem em áreas críticas onde já estão realizando alterações por atividades
143 antrópicas. Em seguida, Flávia sugeriu deixar os outros pontos de pauta para a
144 próxima reunião (R.E). Elenita informou que está disponível no site da Cedae
145 os Relatórios de Qualidade da Água e de todos os Sistemas, em resposta à
146 fala da Flávia, que disse que a Cedae não vende água. Anna complementou
147 que também está disponível no site do Comitê da Baía de Guanabara os
148 relatórios de ensaio de monitoramento dos mananciais realizados pela Cedae
149 que foi encaminhamento da última reunião. Anna aproveitou e informou a todos
150 os encaminhamentos demandados na última reunião e repassou para
151 aprovação os encaminhamentos demandados da atual reunião com aprovação
152 de todos. Sendo assim foi-se ao último ponto **10. Assuntos/Informes Gerais:**
153 Paulo informou sobre a eleição no CERHI e disse que todos sabiam que ele
154 era o representante do Comitê e essa reunião seria a eleição da Diretoria do
155 CERHI. Ele analisou os dois currículos das chapas propostas para a eleição
156 que haviam sido mandados previamente. No momento da reunião, houve
157 diversos questionamentos de que as chapas não teriam passado por um
158 processo de Comissão Eleitoral e foi sugerido que houvesse então uma
159 votação para decidir se iriam realizar a eleição da Diretoria neste dia ou se
160 realizaria em uma outra reunião, após análise das chapas. Paulo informou que
161 votou contra realizar a votação naquele dia, pois achou que as duas chapas
162 deveriam passar pelo processo da Comissão Eleitoral, porém a maioria decidiu
163 em prosseguir com a votação naquele momento mesmo. Paulo informou que
164 votou então na Chapa 2, pois já conhecia Mayná, e que depois houve muitas
165 reclamações. Ele deixou registrado que ninguém procurou ele antes da eleição
166 para demonstrar alguma opinião. Izidro informou que irá trazer para o Sub as
167 datas da Conferência da Cidade e que só está faltando publicar todo o
168 processo, e que junto com a Conferência será realizado a eleição do Conselho
169 da Cidade. Não tendo mais nada a discutir a reunião foi encerrada às 17:40
170 horas.

Paulo Cardoso
Coordenador do Subcomitê do Sistema Lagunar Maricá-Guarapina